

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO | ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **12**.

Hora do pesadelo

O carnaval de rua veio para ficar. O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644, 180 a mais do que no ano passado. Haverá 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade. São dados que mostram a potência econômica e turística desse evento para a cidade. Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível, não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos – sejam as interdições que obrigam moradores a alterar drasticamente sua rotina de deslocamentos, seja a incivilidade de muitos dos foliões.

O potencial econômico dos desfiles carnavalescos ajuda a explicar o exponencial crescimento dos blocos e a atração de cada vez mais turistas. Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. A julgar pela experiência dos anos anteriores, o ambiente para os foliões tem sido em geral satisfatório. O problema é que a Prefeitura tem sido incapaz de oferecer o mesmo tratamento àqueles – grande maioria – que não estarão nos desfiles. Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, que vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa.

Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. Paulistanos tornam-se reféns dentro de suas próprias casas, tendo de suportar, dia e – principalmente – noite, a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público.

Ao mesmo tempo que aceita e estimula a expansão do carnaval de rua na cidade, a Prefeitura tem demonstrado escassa capacidade para coibir o comportamento selvagem dos que abusam do direito de se divertir na festa. Mas as vítimas desse descaso começam a reagir.

Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”. Além disso, “a estrutura de forças de segurança local não comporta eventos dessa magnitude” e “haverá multidões apertadas no calor”, com “barulho, sujeira, urina e vandalismo”, sem falar no cerceamento do direito de ir e vir e no prejuízo ao comércio – que inclui a Ceagesp.

A Prefeitura aparentemente aceitou parte dos argumentos, ao dizer que cancelou o desfile na Avenida Gastão Vidigal “por motivo de organização e otimização dos espaços públicos”. A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval – período no qual, para muitos, a lei e as regras de civilidade deixam de valer.

(Editorial, “Hora do pesadelo”. <https://opiniaio.estadao.com.br>. 16.02.2020. Adaptado)

01. Analisando-se o título do texto, conclui-se corretamente que o editorial foi elaborado para enfatizar a perspectiva
- (A) dos paulistanos prejudicados pela Prefeitura, que desistiu “de incluir a Avenida Gastão Vidigal no circuito dos blocos”, pontuando-se ao longo dele que o turismo no carnaval paulistano não cresce, apesar dos contínuos estímulos da Prefeitura.
 - (B) das pessoas contrárias à ideia de que o carnaval “vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa”, pontuando-se ao longo dele que o carnaval é uma festa popular que deveria ser banida da cidade de São Paulo.
 - (C) da Prefeitura, que está preocupada com “a potência econômica e turística desse evento para a cidade”, pontuando-se ao longo dele que os cidadãos paulistanos suportam o carnaval em razão dos benefícios culturais e econômicos.
 - (D) dos turistas que vão a São Paulo, onde os desfiles “significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas”, pontuando-se ao longo dele que as festas populares, como o carnaval, ano a ano, expõem os cidadãos à violência.
 - (E) dos paulistanos “que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval”, pontuando-se ao longo dele que a Prefeitura de São Paulo estimula um evento de grande proporção que não tem como gerir plenamente.
02. Assinale a alternativa em que, nos dois trechos transcritos do texto, predomina a sequência tipológica argumentativa.
- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644... (1º parágrafo); Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”... (5º parágrafo).
 - (B) Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (1º parágrafo); A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo).
 - (C) Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. (3º parágrafo); ... 180 a mais do que no ano passado. Haverá 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade. (1º parágrafo).
 - (D) Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. (5º parágrafo); ... e “haverá multidões apertadas no calor”, com “barulho, sujeira, urina e vandalismo”... (5º parágrafo).
 - (E) A Prefeitura aparentemente aceitou parte dos argumentos, ao dizer que cancelou o desfile na Avenida Gastão Vidigal “por motivo de organização e otimização dos espaços públicos”. (6º parágrafo); Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões” (5º parágrafo).

03. No editorial, quando se afirma que a Prefeitura não dá o mesmo tratamento a todos os cidadãos, chama-se a atenção para o fato de que a Administração Pública

- (A) vem aceitando, amiúde, as demandas daqueles que veem com reservas o carnaval, o que implica deixar de lado os cidadãos e turistas que se divertem com essa festa, atitude que pode, inclusive, comprometer os cofres públicos, com diminuição de receita, além do possível desgaste político que esse procedimento implica.
- (B) proporciona um evento de grande proporção e alcance, esperado pelos cidadãos do país com ansiedade, não tendo condições, entretanto, de garantir que todos os paulistanos se divirtam durante essa festa popular, coibindo que ela se estenda durante a madrugada e limitando, cada vez mais, os espaços públicos para sua realização.
- (C) atende, de forma mais diligente, àqueles que estão envolvidos com a folia de carnaval, preocupada em fortalecer o potencial econômico e turístico desse evento na cidade, deixando em segundo plano a maioria da população paulistana, que fica à mercê dos aspectos negativos da festa, pois não compartilha a diversão.
- (D) tem colocado como prioridade os benefícios econômicos e políticos decorrentes dos eventos populares, capitalizando o carnaval como uma festa que serve à diversão do paulistano e dos turistas e passa a integrar a agenda de interesses de grupos altamente comprometidos com o bem-estar da população em geral.
- (E) sente dificuldade para valer-se dos seus interesses econômicos para capitalizá-los politicamente, razão pela qual se cria um vácuo nessa gestão de tal forma que nem os foliões paulistanos nem os turistas acabam se divertindo com o carnaval; da mesma sorte, nem aqueles que querem descansar e ser respeitados conseguem isso.

04. Nos processos de construção textual, identifica-se locução conjuntiva articulando duas orações com sentido de adição na passagem:

- (A) Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (1º parágrafo)
- (B) ... não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos... (1º parágrafo)
- (C) Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. (2º parágrafo)
- (D) ... a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público. (3º parágrafo)
- (E) A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo)

05. Analise as passagens do texto:

- ... cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa **magnitude** transcorra da maneira mais tranquila possível, não apenas para os milhares de participantes, mas também para os que, **malgrado** não queiram participar da festa... (1º parágrafo)
- O potencial econômico dos desfiles carnavalescos ajuda a explicar o **exponencial** crescimento dos blocos... (2º parágrafo)
- A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um **alento** para os paulistanos... (6º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) importância; não obstante; expressivo; ânimo.
- (B) inexpressividade; conquanto; absurdo; alegria.
- (C) grandeza; por conseguinte; acentuado; certeza.
- (D) desprendimento; ainda que; relativo; esperança.
- (E) complexidade; à medida que; significativo; temor.

06. De acordo com a norma-padrão, a organização sintática e o emprego dos sinais de pontuação estão adequadamente atendidos em:

- (A) Com 180 blocos a mais do que em 2019, o carnaval de rua de São Paulo, contará com 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade.
- (B) Já que é um evento com milhares de participantes é comum que, ocorram as interdições que obrigam os moradores a alterar sua rotina de deslocamentos.
- (C) Dia e noite, paulistanos tornam-se reféns em suas próprias casas, tendo de suportar, a algazarra de foliões, que estendem a festa até altas horas.
- (D) O ambiente para os foliões, sejam eles cidadãos da cidade ou turistas, julgando-se pela experiência dos anos anteriores, tem sido em geral satisfatório.
- (E) Elaborado por moradores da Vila Leopoldina o abaixo-assinado levou a desistir de incluir a Prefeitura no circuito dos blocos, a avenida principal do bairro.

07. As informações textuais que expressam sentido entre si, respectivamente, de causa e efeito estão em:

- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilarem entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644... (1º parágrafo)
- (B) A julgar pela experiência dos anos anteriores, o ambiente para os foliões tem sido em geral satisfatório. (2º parágrafo)
- (C) Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. (3º parágrafo)
- (D) ... a Prefeitura tem demonstrado escassa capacidade para coibir o comportamento selvagem... (4º parágrafo)
- (E) Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”. (5º parágrafo)

08. Identifica-se linguagem conotativa, com ressalva à realização do carnaval na cidade de São Paulo, no trecho:

- (A) ... sejam as interdições que obrigam moradores a alterar drasticamente sua rotina de deslocamentos, seja a incivildade de muitos dos foliões. (1º parágrafo)
- (B) Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, que vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa. (2º parágrafo)
- (C) ... a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público. (3º parágrafo)
- (D) Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. (5º parágrafo)
- (E) ... período no qual, para muitos, a lei e as regras de civilidade deixam de valer. (6º parágrafo)

09. Nas passagens "... são obrigados a conviver com **seus efeitos mais danosos...**" (1º parágrafo) e "Mas as vítimas **desse descaso** começam a reagir." (4º parágrafo), as expressões destacadas referem-se, correta e respectivamente:

- (A) ao lado ruim do carnaval de rua paulistano; à ação limitada da Prefeitura.
- (B) ao aumento do número de blocos de carnaval; à coibição do comportamento selvagem.
- (C) ao descaso com o carnaval de rua em São Paulo; ao posicionamento da Prefeitura.
- (D) ao comportamento dos participantes do carnaval; à expansão do carnaval.
- (E) às datas de desfiles de rua na cidade de São Paulo; ao abuso do direito à diversão.

10. A palavra "que" está empregada como pronome relativo, imprimindo sentido de restrição ao enunciado, em:

- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar [...] chegou a 644, 180 a mais do **que** no ano passado. (1º parágrafo)
- (B) Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, **que** vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa. (2º parágrafo)
- (C) O problema é **que** a Prefeitura tem sido incapaz de oferecer o mesmo tratamento àqueles – grande maioria – que não estarão nos desfiles. (2º parágrafo)
- (D) Os moradores disseram **que** "a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões". (5º parágrafo)
- (E) A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos **que** se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo)

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 18.

Folia agigantada

São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história. Pela primeira vez, a cidade, que já foi apelidada de "túmulo do samba", terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras.

Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita. Os números são preliminares, mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas, com aumento previsto de 70%. Novas atrações também animarão a festa, como o famoso Galo da Madrugada, de Pernambuco.

Levantamentos preliminares sugerem que a capital paulista poderá ser o principal destino turístico do país durante os festejos, suplantando Rio de Janeiro e Salvador. Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc.

No cenário animador, um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura, que tem em seus membros um carnavalesco conhecido – o secretário de Cultura, Alê Youssef, fundador do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta. O carnavalesco, que representa uma face mais progressista do governo municipal, vê no Carnaval também um meio de manifestação política. O secretário já declarou que pretende fazer com que a festa seja um contraponto a ameaças à liberdade de expressão.

A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades. No Rio, por exemplo, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa.

Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.

A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos. Ao longo de 37 reuniões, os trajetos passaram pelo crivo de diversos órgãos, como CET, SPTrans (responsável pelos ônibus), polícia e GCM (Guarda Civil Metropolitana). Medidas em outras áreas também foram anunciadas.

Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento.

(Editorial, "Folia agigantada". *Folha de S.Paulo*, 05.02.2020. Adaptado)

11. No editorial da *Folha*, as informações que também constam no texto *Hora do pesadelo* são:

- (A) o fato de São Paulo ter-se tornado o grande palco do carnaval; as simpatias e elogios da população pelo evento; a eventual desorganização da festa.
- (B) a superação do carnaval do Rio pelo de São Paulo; o ufanismo que contagia os quadros da prefeitura; a reestruturação do planejamento do evento.
- (C) a expansão do número de blocos carnavalescos; a projeção de aumento da circulação de dinheiro; os problemas de infraestrutura para atender os foliões.
- (D) a ampliação das áreas protegidas das ações dos foliões; o uso do carnaval como meio de manifestação política; o expressivo retorno financeiro da festa de carnaval.
- (E) o entusiasmo da prefeitura com a ampliação dos blocos de carnaval; a projeção de diminuição do número de turistas; a animação do Galo da Madrugada.

12. Observe as informações:

- Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (*Hora do pesadelo*)
- Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento. (*Folia agigantada*)

A leitura comparativa dos dois trechos permite concluir que ambos os editoriais

- (A) reiteram o descaso com as demandas que surgem quando se trata da realização de um evento da proporção do carnaval, ironizando que as autoridades possam garanti-lo com um padrão aceitável de civilidade.
- (B) sinalizam a necessidade de as autoridades reverem a realização do carnaval na cidade, uma vez que é incontestemente uma série de situações que colocam a integridade física dos cidadãos e dos turistas em risco.
- (C) sugerem que a responsabilidade pelo evento na cidade seja expandida para outras esferas governamentais, já que, com seu agigantamento, é imperioso o emprego de técnicas de segurança mais arrojadas.
- (D) reforçam a necessidade de ações governamentais conjuntas para o evento, embora reconheçam que é impossível a realização de uma festa dessa proporção sem prejuízos a determinadas camadas da população.
- (E) reconhecem o papel protagonista das autoridades no que diz respeito à realização do carnaval dentro dos padrões de civilidade, ressalva que se faz em razão de uma série de problemas que surgem durante esse evento.

13. Na organização das informações no texto, o emprego de verbos no tempo presente cria um efeito de aproximação com o leitor, estratégia que dá mais força aos argumentos apresentados; o uso de tempos que remetem à ideia de hipótese, por sua vez, têm menos força argumentativa. Esses dois recursos de argumentação são, correta e respectivamente, exemplificados com as passagens:

- (A) Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc. (3º parágrafo); O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa. (5º parágrafo).
- (B) A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades. (5º parágrafo); No Rio, por exemplo, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. (5º parágrafo).
- (C) Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática... (6º parágrafo); ... que já foi apelidada de “túmulos do samba”... (1º parágrafo).
- (D) Ao longo de 37 reuniões, os trajetos passaram pelo crivo de diversos órgãos... (7º parágrafo); O secretário já declarou que pretende fazer com que a festa seja um contraponto a ameaças à liberdade de expressão. (4º parágrafo).
- (E) Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo); A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos. (7º parágrafo).

14. No editorial, identifica-se linguagem denotativa na passagem

- (A) “São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história.” (1º parágrafo), na qual se enaltece o carnaval de rua de São Paulo, considerado como o melhor do Brasil.
- (B) “Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita.” (2º parágrafo), na qual se mostra que os números do carnaval de São Paulo ultrapassam os de Salvador e do Rio de Janeiro.
- (C) “um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura” (4º parágrafo), na qual se sugere uma certa desconfiança na prefeitura quanto à produção de um grande carnaval.
- (D) “A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento” (7º parágrafo), na qual se expressa o papel da Prefeitura na organização do evento para torná-lo melhor.
- (E) “e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento.” (8º parágrafo), na qual se ironiza a capacidade de reorganização do carnaval paulista pela Prefeitura da cidade.

15. Assinale a alternativa em que a preposição destacada forma uma expressão cujo sentido é de finalidade.

- (A) ... mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas, **com** aumento previsto de 70%. (2º parágrafo)
- (B) **Com** isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc. (3º parágrafo)
- (C) **Com** o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática... (6º parágrafo)
- (D) A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento **com** vistas a diminuir os transtornos. (7º parágrafo)
- (E) Cabe às autoridades, agora, fazer **com** que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo)

16. Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho. (6º parágrafo)

A reorganização das informações do trecho, em que a expressão escrita atende aos sentidos do texto e à norma-padrão, é:

- (A) Graças ao tempo, no entanto, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática devido a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (B) Devido o tempo, então, a outra face do crescimento da folia veio-se mostrando problemática: a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (C) Com o passar do tempo, porém, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática, evidenciando-se a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (D) Com o tempo concluído, apesar disso, a outra face do crescimento da folia vêm-se mostrando problemática, com a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (E) Ao longo do tempo, de fato, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática? A insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho mostra que sim.

17. Considere as passagens do texto:

- Pela primeira vez, **a cidade**, que já foi apelidada de “túmulo do samba”, terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras. (1º parágrafo)
- ... o secretário de Cultura, **Alê Youssef**, fundador do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta. (4º parágrafo)
- No Rio, **por exemplo**, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. (5º parágrafo)
- Com o tempo, **contudo**, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática (6º parágrafo)
- Cabe às autoridades, **agora**, fazer com que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo)

Assinale a alternativa em que se apresentam, correta e respectivamente, as justificativas para o emprego de vírgulas em relação às expressões destacadas.

- (A) Expressão está antecedida de oração principal e seguida de oração coordenada explicativa; sujeito; expressão retificativa; conjunção adversativa; advérbio de tempo intercalado.
- (B) Expressão está antecedida de locução adjetiva e seguida de oração adjetiva restritiva; vocativo; expressão comparativa; conjunção concessiva; advérbio de modo intercalado.
- (C) Expressão está antecedida de locução adverbial e seguida de oração adverbial causal; aposto; expressão enumerativa; conjunção conclusiva; advérbio de tempo intercalado.
- (D) Expressão está antecedida de locução adverbial e seguida de oração adjetiva explicativa; aposto; expressão exemplificativa; conjunção adversativa; advérbio de tempo intercalado.
- (E) Expressão está antecedida de oração coordenada assindética e seguida de oração adverbial consecutiva; vocativo; expressão resumidora; conjunção temporal; advérbio de lugar intercalado.

Leia o texto para responder às questões de números 18 a 20.

16 DE JULHO Levantei. Obedeci a Vera Eunice. Fui buscar água. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha. Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barraco, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma maquina de moer carne. E uma maquina de costura.

Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendai-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanço. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte.

(Carolina Maria de Jesus. *Quarto de despejo – diário de uma favelada*, 1993)

18. Observe as passagens:

- Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do **papel**... (8º parágrafo, editorial *Folia agigantada*)
- Cato **papel**, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. (1º parágrafo, *Quarto de despejo*)

Analisando o emprego da palavra “papel” nos dois textos, conclui-se que,

- (A) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem denotativa, sendo atribuído a ela sentido pejorativo.
- (B) na primeira ocorrência, é explorada em linguagem conotativa; na segunda, em linguagem denotativa.
- (C) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem conotativa, assumindo duplo sentido em ambas.
- (D) na primeira ocorrência, é explorada em linguagem denotativa; na segunda, em linguagem conotativa.
- (E) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem denotativa, sendo o sentido ambíguo no editorial.

19. Ocorre, no texto, variação linguística, adequada à caracterização da personagem; ocorrem, também, trechos que atendem à norma-padrão da língua. Esses usos da língua – com variação linguística e com atendimento à norma-padrão – estão, correta e respectivamente, exemplificados com os trechos:

- (A) E os 13 cruzeiros não dava! / Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice.
- (B) ... porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. / Avisei as crianças que não tinha pão.
- (C) Saí indisposta, com vontade de deitar. / Mas o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanço.
- (D) Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte. / Eu estava indisposta, resolvi benzer-me.
- (E) Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. / Que tomassem café simples e comesse carne com farinha.

20. Assinale a alternativa em que a expressão escrita garante ao trecho – Deixei as crianças. Recomendai-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. – a coesão, a coerência e o atendimento à norma-padrão.

- (A) Quando deixei as crianças, recomendei a elas para brincar no quintal e não sair a rua, todavia os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.
- (B) Deixei as crianças, e recomendei-as que brincassem no quintal e não saíssem na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.
- (C) Deixei as crianças, embora tenha recomendado-lhes a brincar no quintal e não sair à rua, uma vez que os pessimos vizinhos que eu tenho não dão-lhes sossego.
- (D) Os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego às crianças. Então, quando deixei elas, recomendei-as que brincassem no quintal e não saíssem na rua.
- (E) Como os pessimos vizinhos que tenho não dão sossego aos meus filhos, quando eu deixei as crianças, recomendei-lhes que brincassem no quintal e não saíssem para a rua.

RACIOCÍNIO LÓGICO

21. Considere a seguinte afirmação: Se Carlos é médico, então Selma é auditora de controle externo e André é auxiliar técnico de controle externo.

Assinale a alternativa que contém uma equivalência lógica para a afirmação apresentada.

- (A) Se Selma não é auditora de controle externo e André não é auxiliar técnico de controle externo, então Carlos não é médico.
- (B) Se André não é auxiliar técnico de controle externo ou Selma não é auditora de controle externo, então Carlos não é médico.
- (C) Carlos é médico e Selma é auditora de controle externo, e André é auxiliar técnico de controle externo.
- (D) Carlos é médico, mas André não é auxiliar técnico de controle externo ou Selma não é auditora de controle externo.
- (E) Carlos é médico, mas Selma não é auditora de controle externo e André não é auxiliar técnico de controle externo.

22. Se a fiscalização é feita corretamente e as auditorias são consistentes, então os munícipes estão satisfeitos. Sabendo-se que os munícipes não estão satisfeitos, conclui-se corretamente que

- (A) a fiscalização foi feita corretamente ou as auditorias foram consistentes.
- (B) a fiscalização foi feita corretamente, mas as auditorias não foram consistentes.
- (C) a fiscalização não foi feita corretamente, mas as auditorias foram consistentes.
- (D) a fiscalização não foi feita corretamente e as auditorias não foram consistentes.
- (E) a fiscalização não foi feita corretamente ou as auditorias não foram consistentes.

23. Uma negação lógica para a afirmação "Sou feliz se, e somente se, você é feliz" está contida na alternativa:

- (A) Não sou feliz se, e somente se, você não é feliz.
- (B) Se eu não sou feliz, então você não é feliz.
- (C) Se você não é feliz, então eu não sou feliz.
- (D) Sou feliz e você não é feliz.
- (E) Ou eu sou feliz, ou você é feliz.

24. Considere falsa a afirmação I e verdadeira a afirmação II:

- I. Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais e Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- II. Se Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais, então Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.

Nessas condições, é necessariamente

- (A) verdade que Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- (B) falsidade que Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- (C) verdade que Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais.
- (D) falsidade que Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais.
- (E) verdade que Camila e Jorge não são auditores de controle externo.

25. Alberto, Carlos, Douglas e Edgar têm 35, 38, 40 e 41 anos, não necessariamente nessa ordem. Cada um deles trabalha com um tipo de veículo, sendo eles caminhão, carro, motocicleta e ônibus, em municípios distintos, sendo Campinas, Limeira, Marília e Santos, não necessariamente nas ordens apresentadas. Sabe-se que o de maior idade trabalha com carro e seu local de trabalho não é Limeira e, tampouco, Marília; Alberto tem menos idade que Douglas, trabalha em Campinas, não com ônibus, e o mais novo deles trabalha em Limeira, com motocicleta; Edgar não trabalha com ônibus e é mais velho que Alberto e que Douglas. A alternativa que apresenta uma associação correta dessas pessoas é:

- (A) Alberto trabalha com caminhão.
- (B) Douglas tem 38 anos.
- (C) Edgar trabalha em Marília.
- (D) Douglas trabalha em Campinas.
- (E) Alberto tem 40 anos.

26. Observe a sequência de figuras:

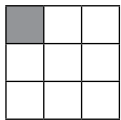


Figura 1

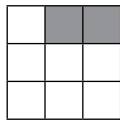


Figura 2

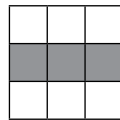


Figura 3

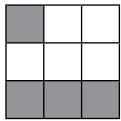


Figura 4

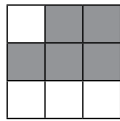


Figura 5

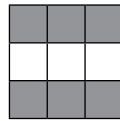


Figura 6

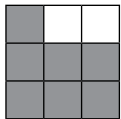


Figura 7

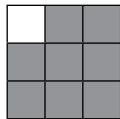


Figura 8

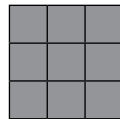


Figura 9

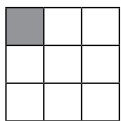


Figura 10

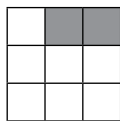


Figura 11

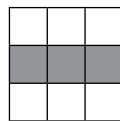


Figura 12

Nessa sequência de figuras, a figura 10 é igual à figura 1, a figura 11 é igual à figura 2, a figura 12 é igual à figura 3, e assim por diante. Dessa forma, na figura 325, o número de quadradinhos com o interior na cor branca será igual a

- (A) 8.
- (B) 6.
- (C) 4.
- (D) 2.
- (E) 0.

27. De um grupo de auditores de controle externo, cada um deles de uma única área, sabe-se que 20% são da área da Economia, 10% dos que não são da área da Economia são da área da Engenharia, e os demais, que correspondem a 180 agentes, são de outras áreas. Logo, o número de auditores de controle externo da área da Economia é

- (A) 60.
- (B) 55.
- (C) 50.
- (D) 45.
- (E) 40.

28. Três máquinas iguais, trabalhando no mesmo ritmo e simultaneamente, produzem 1500 unidades de determinado produto em exatamente uma hora e meia de trabalho. Para produzir 3000 unidades desse mesmo produto, nas mesmas condições de trabalho, é esperado que apenas duas dessas máquinas realizem o serviço em, no mínimo,

- (A) 2 horas e 00 minutos.
- (B) 2 horas e 10 minutos.
- (C) 3 horas e 40 minutos.
- (D) 4 horas e 30 minutos.
- (E) 4 horas e 50 minutos.

29. Uma verba de R\$ 832 mil reais será distribuída entre as filiais A e B de uma empresa, de forma inversamente proporcional aos valores gastos com advogados para as defenderem em processos abertos por clientes insatisfeitos. Se a razão entre os valores gastos pelas filiais A e B com os advogados é $\frac{3}{5}$, então, a filial A receberá a quantia de

- (A) R\$ 138,7 mil.
- (B) R\$ 312,0 mil.
- (C) R\$ 499,2 mil.
- (D) R\$ 520,0 mil.
- (E) R\$ 535,7 mil.

30. Certo vírus foi disseminado pela internet e, inicialmente, foram identificados cinco mil computadores infectados. A estimativa dos profissionais capacitados para resolver o problema é a de que o número $y(x)$ de computadores infectados cresça até um valor máximo m e, a partir daí, ele comecesse a cair, onde $y(x)$ representa o número de computadores infectados após x dias do início da disseminação, com $y(0)$ representando o número de computadores infectados inicialmente. Supondo-se que a razão entre a diferença $y(x) - m$ e o quadrado da diferença $x - 4$ permaneça constante, e sabendo-se que 2 dias após o início da disseminação o número de computadores infectados era 9800, o valor máximo de computadores infectados, ou seja, o número m , é igual a

- (A) 9900.
- (B) 10800.
- (C) 11400.
- (D) 12200.
- (E) 14600.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO

31. Uma das formas de manifestação das políticas públicas é a política social, principalmente quando se vincula ao estado do bem-estar social. Essa política social se materializa por meio de alguns modelos, como, por exemplo, residual, meritocrático e institucional. O modelo residual se caracterizaria por encarar as políticas públicas como atuando
- (A) por merecimento, pelo princípio da solidariedade, e por ações notadamente corporativas.
 - (B) em um nível mais elevado, pelo princípio da justiça, por ações redistributivas.
 - (C) de forma meramente secundária, pelo princípio da caridade, e por ações voltadas para a assistência social e doações.
 - (D) pelo modelo da seguridade social, pelo princípio da justiça, por ações voltadas para a distribuição e não redistribuição.
 - (E) pelo modelo do seguro social, pelo princípio da solidariedade e por ações para a cobertura de grupos ocupacionais por meio de uma relação contratual.
32. Do ponto de vista do governo envolvido na implementação de uma política pública, a formação da agenda refere-se a
- (A) conjunto de problemas ou temas que vão merecer uma intervenção pública.
 - (B) avaliação das ações que foram tomadas no passado e que não foram resolvidas.
 - (C) redimensionamento dos indicadores de gestão das políticas públicas em curso.
 - (D) avaliação dos pontos fortes e fracos das políticas existentes e forma de maximizar os fortes e minimizar os fracos.
 - (E) controle de qualidade das ações voltadas à gestão das políticas públicas em implementação.
33. Quanto às formas de avaliação/monitoramento das políticas públicas, aquela que acontece ao longo do processo de implementação, para que os ajustes possam ser feitos durante esse processo, é a avaliação
- (A) *ex post*.
 - (B) *ad hoc*.
 - (C) *ex ante*.
 - (D) *in itinere*.
 - (E) *ad referendum*.
34. A avaliação de projetos relacionados à efetivação de políticas públicas que privilegiam aspectos gerenciais, estritamente voltada à eficiência administrativa, focaliza que critério?
- (A) O quanto o uso dos recursos primou pela economicidade.
 - (B) Aquele que mede a relação entre os meios utilizados e os recursos à disposição.
 - (C) O que se refere a verificar se os direitos básicos dos destinatários foram alcançados.
 - (D) Aquele que se refere a verificação da participação dos atores, objetos da política, com equidade.
 - (E) O quanto a execução seguiu conforme as etapas previamente estabelecidas.
35. Diz-se que o processo de elaboração e execução das políticas públicas (*outputs*) resultam do processamento, pelo sistema político, dos *inputs* originários do meio ambiente e de *withinputs* (demandas originadas no interior do próprio sistema político). Essa visão de todo o processo está sustentada pela abordagem
- (A) estruturalista.
 - (B) sistêmica.
 - (C) burocrática.
 - (D) funcionalista.
 - (E) neoclássica.
36. João Alfredo é funcionário da área de contabilidade pública da Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Perdões. Sua principal função é a verificar se os ganhos obtidos pelos programas sociais superam os gastos realizados com eles, e se são superiores ou inferiores aos de alternativas disponíveis.
- Suas análises são de
- (A) risco-benefício.
 - (B) custo-utilidade.
 - (C) custo-benefício.
 - (D) custo-eficácia.
 - (E) custo-efetividade.
37. No Ciclo PDCA sobre controle de processo, e de plano, a fase que estabelece as metas sobre os itens de controle e também a maneira para atingir as metas, bem como o estabelecimento de padrões é:
- (A) *Do*.
 - (B) *Action*.
 - (C) *Check*.
 - (D) *Feedback*.
 - (E) *Plan*.

38. O indicador de produtividade relacionado à forma de produção de bens e serviços, envolvendo procedimentos de aquisições ou requisições, bem como em dias de prazo para contratação dos mesmos, e, além disso para a própria realização de atividades, é considerado do tipo indicador de
- (A) processo.
 - (B) resultado.
 - (C) insumo.
 - (D) produto.
 - (E) objetivo.
39. Aparecida Maria é técnica da área de monitoramento de políticas públicas do Ministério da Ação Social. Recebeu a incumbência de verificar em todos os projetos qual seria a medida do grau de atendimento dos objetivos que orientaram a constituição de todos os Programas, tendo como referência os seus impactos na sociedade. Essa avaliação se refere ao aspecto de
- (A) objetividade.
 - (B) efetividade.
 - (C) eficácia.
 - (D) economia.
 - (E) execução.

AUDITORIA

40. O objetivo principal da auditoria de demonstrações contábeis é
- (A) garantir legalmente que as demonstrações contábeis refletem fielmente os fatos e atos da administração por elas sumarizados. Isso é alcançado mediante a aplicação de procedimentos de auditoria voltados à identificação de fraudes e erros.
 - (B) identificar por meio das demonstrações contábeis eventuais fraudes ou casos de corrupção pública ou privada que possam por em risco o patrimônio da entidade. Isso é alcançado por meio da elaboração de relatório detalhado de auditoria, com identificação de operações suspeitas.
 - (C) auxiliar a administração na apuração dos saldos de encerramento das contas contábeis, validando de forma prévia os procedimentos, metodologias e interpretações das normas técnicas adotadas pelos órgãos de governança da entidade ao longo do exercício financeiro.
 - (D) servir de instrumento qualificado auxiliar na formação de opinião acerca da existência ou inexistência de fato concernente ao patrimônio de uma entidade. Isso é alcançado por meio da elaboração de laudo pericial ou parecer técnico pericial de auditoria.
 - (E) aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

41. O conceito de “risco de auditoria” consiste

- (A) no risco de o auditor vir a ter a sua segurança pessoal e a de sua família comprometidas em razão de trabalho de auditoria realizado.
- (B) no risco de que o auditor expresse uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- (C) no risco de o auditor vir a se tornar economicamente dependente da entidade auditada, em razão da importância dos trabalhos realizados à entidade para o faturamento do auditor.
- (D) no desvio padrão amostral dos saldos contábeis que fazem parte do escopo da auditoria a ser realizada, conforme o planejamento inicial.
- (E) na incerteza do auditor em relação à qualidade dos controles internos adotados pela entidade e ao nível de envolvimento dos órgãos de governança na elaboração das informações a serem auditadas.

42. Assinale a alternativa que apresenta a definição correta.

- (A) Ceticismo profissional: aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas.
- (B) Risco inerente: risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação e que possa ser relevante não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
- (C) Asseguração razoável: no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, é um nível alto, mas não absoluto, de segurança.
- (D) Crítica de auditoria: postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- (E) Responsável de auditoria: a pessoa ou organização com a responsabilidade de supervisionar de forma geral a direção estratégica da entidade e obrigações relacionadas com a responsabilidade da entidade.

43. A respeito da execução do trabalho do auditor, é correto afirmar que
- (A) o conceito de materialidade não é determinante no planejamento e na execução da auditoria, pois toda distorção identificada merece o mesmo nível de atenção.
 - (B) as distorções identificadas são presumidamente consideradas relevantes até prova em contrário, não se podendo dizer o mesmo a respeito de eventuais omissões.
 - (C) julgamentos sobre a relevância de uma informação são estabelecidos levando-se em consideração a exigência legal, não podendo o auditor considerar material distorção não ligada a elemento obrigatório das demonstrações segundo a lei.
 - (D) a opinião do auditor considera as demonstrações contábeis como um todo e, portanto, o auditor não é responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.
 - (E) as normas técnicas exigem que o auditor exerça o julgamento profissional e mantenha a confiança profissional na administração da entidade auditada ao longo de todo o planejamento e na execução da auditoria.
44. A respeito dos procedimentos de auditoria e dos poderes do auditor independente, é correto afirmar que
- (A) o auditor não é treinado nem obrigado a ser especialista na verificação de autenticidade de documentos, o que pode influenciar na sua capacidade de identificação de eventuais fraudes sofisticadas no âmbito da entidade auditada.
 - (B) o auditor independente possui poderes legais específicos, tais como o poder de busca, que podem ser necessários para a investigação de fatos delituosos no âmbito da entidade auditada.
 - (C) caso a administração não forneça, intencionalmente, as informações completas que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, o auditor deverá adotar as medidas judiciais cabíveis para concluir com segurança o trabalho de auditoria.
 - (D) a dificuldade, falta de tempo ou custo envolvido são, por si só, base válida para que o auditor omita um procedimento de auditoria para o qual não há alternativa ou que deva ser satisfeito com evidências de auditoria menos persuasivas.
 - (E) o trabalho de auditoria pressupõe ser obrigação do auditor tratar de todas as informações que possam existir ou tratar cada assunto exaustivamente com base na premissa de que as informações são erradas ou fraudulentas até prova em contrário.
45. Se o auditor, no curso dos trabalhos da auditoria, decidir realizar o exame de registros ou documentos, internos ou externos, em papel, em forma eletrônica ou em outras mídias, ou o exame físico de ativo, está realizando o procedimento de auditoria tecnicamente chamado de
- (A) observação.
 - (B) confirmação externa.
 - (C) indagação.
 - (D) inspeção.
 - (E) *full disclosure*.
46. No curso de auditoria de demonstração financeira, o auditor identificou mensuração de valor de ativo imobilizado que foi realizada com auxílio de especialista externo em engenharia contratado pela administração da entidade auditada. O auditor, então, obtém diretamente do especialista confirmação da informação que consta na demonstração auditada, obtendo ainda a informação de que o especialista já fora contratado diversas outras vezes pela administração para a realização de outros serviços correlatos, sempre mediante o pagamento de honorários consideravelmente elevados, ainda que apropriados à reputação do especialista no mercado.
- A respeito da situação descrita, é correto afirmar com base nas normas técnicas e profissionais que regem a atividade de auditoria que
- (A) o auditor deve presumir como correta a informação prestada por especialista externo, uma vez que o próprio auditor não precisa possuir conhecimento técnico na área de engenharia.
 - (B) o auditor deve necessariamente, às expensas da administração, contratar contralauco pericial de forma a confirmar ou desconfirmar a mensuração realizada pelo especialista, uma vez que a informação não foi gerada pela administração.
 - (C) o auditor deve se atentar para a possibilidade de ameaças à objetividade do especialista, analisando então eventuais salvaguardas existentes, considerando, no caso, os possíveis interesses financeiros do especialista decorrentes da sua frequente contratação pela entidade.
 - (D) não cabe ao auditor avaliar a competência, habilidades e objetividade do especialista, como elemento para seu julgamento a respeito da adequação do trabalho desse especialista como evidência de auditoria.
 - (E) se a informação prestada pelo especialista externo não coincidissem com o valor informado na demonstração financeira auditada, o auditor deveria interromper a auditoria até que a administração retificasse o valor lançado em sua contabilidade.

47. Após a data de aprovação das demonstrações contábeis, mas antes da data de divulgação destas demonstrações, chegaram ao conhecimento do auditor independente fatos que, no seu entendimento, deverão ser adequadamente divulgados nas demonstrações contábeis, o que irá requerer ajustes nas demonstrações auditadas anteriormente. Caso o relatório de auditoria já tivesse sido entregue pelo auditor antes de vir ao seu conhecimento esses fatos e a administração se recuse à reapresentação das demonstrações com as modificações necessárias, é correto afirmar que o auditor deverá
- (A) emitir novo parecer e publicar, por sua própria iniciativa, em jornal de grande circulação, alertando para a ineficácia do parecer anterior em face dos novos fatos.
 - (B) notificar a administração e os responsáveis pela governança da entidade auditada, para que não divulguem as demonstrações contábeis a terceiros antes de serem feitas as alterações necessárias.
 - (C) manter-se inerte, uma vez que a sua responsabilidade profissional se esgota com a entrega do parecer de auditoria e se limita às informações conhecidas até a data de conclusão do parecer.
 - (D) emitir novo parecer restrito à mudança realizada e diligenciar para que as demonstrações contábeis sejam divulgadas aos usuários externos com ambos os pareceres de auditoria.
 - (E) apenas obter por escrito a recusa da administração, uma vez que a responsabilidade pelas demonstrações contábeis é exclusivamente da entidade, não cabendo ao auditor impor exigências decorrentes de eventos subsequentes.
48. É correto afirmar sobre a adoção de amostragem na realização de trabalhos de auditoria que
- (A) é considerado um procedimento pouco seguro e que, em geral, deve ser evitado, devendo o auditor dar preferência à análise de toda a população pesquisada, ainda que o custo disso possa parecer elevado em relação ao tempo e aos recursos materiais e humanos disponíveis.
 - (B) a amostragem em auditoria pode ser aplicada usando apenas a abordagem de amostragem estatística, pois a abordagem não estatística não confere segurança razoável para as conclusões a serem obtidas, ainda que combinadas com outras evidências de auditoria.
 - (C) o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido. Quanto maior o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
 - (D) na seleção dos elementos da amostra, é relevante assegurar a existência de viés de maneira que os elementos sejam representativos de um único subconjunto de elementos da população pesquisada.
 - (E) ao considerar as características da população da qual a amostra será extraída, o auditor pode determinar que a estratificação ou a seleção com base em valores é apropriada.
49. É correto afirmar, com base na Constituição Federal, sobre as normas de fiscalização contábil, financeira e orçamentária que
- (A) prestará contas qualquer pessoa física que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores pelos quais a União, os Estados e o Distrito Federal, ou os Municípios respondam, mas não as pessoas jurídicas de natureza privada que, em nome desses entes, assumam obrigações de natureza pecuniária.
 - (B) compete ao Congresso Nacional apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
 - (C) compete ao Tribunal de Contas aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
 - (D) compete ao Tribunal de Contas sustar a eficácia de contrato administrativo assinado por qualquer Poder, em caso de impugnação de sua validade.
 - (E) cabe ao Tribunal de Contas de cada ente estatal a função de auditoria interna das entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista.
50. Sobre as decisões do Tribunal de Contas, é correto afirmar com base na Constituição Federal que
- (A) as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
 - (B) deverão ser previamente homologadas pela Comissão Permanente de Fiscalização do Congresso Nacional.
 - (C) são definitivas, não podendo ser questionadas por meio de ação apresentada ao Poder Judiciário.
 - (D) terão caráter orientativo e pedagógico, apenas podendo resultar em aplicação de sanção em caso de reincidência ou dolo grave.
 - (E) serão tomadas monocraticamente por cada um dos Conselheiros, a quem caberá, por sorteio, a análise de representação apresentada ao Tribunal.

51. Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo
- (A) dar parecer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data do recebimento, sobre as contas anuais encaminhadas pelo Prefeito.
 - (B) apreciar a legalidade e a conveniência das concessões iniciais de aposentadorias e das pensões concedidas pelo Município.
 - (C) representar ao Ministério Público sobre irregularidades e abusos que verificar no exercício do controle da administração financeira e orçamentária.
 - (D) decretar a prisão administrativa, em caráter cautelar e pelo prazo máximo de 100 (cem) dias ao servidor público em alcance.
 - (E) dar parecer, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre as contas anuais encaminhadas pela Mesa da Câmara Municipal ao Prefeito.
52. Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar que as representações dirigidas ao Tribunal de Contas serão arquivadas quando
- (A) forem formuladas por pessoa física.
 - (B) forem apresentadas por pessoa jurídica contratada pela Administração Municipal.
 - (C) não descreverem minuciosamente as supostas irregularidades, o seu enquadramento legal e a totalidade dos agentes envolvidos.
 - (D) revelarem espírito de mera emulação.
 - (E) descreverem irregularidade equivalente a crime contra a administração pública.
53. Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar sobre a instrução dos processos perante o Tribunal de Contas, bem como sobre os poderes do Tribunal e de seus Conselheiros que
- (A) o Tribunal poderá, a qualquer tempo, proceder a auditorias, vistorias ou exames em processos ou documentos, no próprio local onde se encontrem.
 - (B) não é admitida a produção de prova testemunhal nos processos perante o Tribunal de Contas do Município.
 - (C) o não atendimento de requisição do Tribunal de Contas sujeita o agente à multa de 5 vezes o subsídio do Chefe do Poder Executivo.
 - (D) as requisições de documentos serão sempre formuladas pelo Presidente do Tribunal ao Chefe do Poder Executivo ou Legislativo, conforme o caso.
 - (E) é indelegável a competência para a requisição de documentos junto a órgãos da Administração Municipal.
54. Segundo estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, são órgãos do Tribunal de Contas:
- (A) Plenário; Primeira, Segunda e Terceira Turma; e, Relatoria.
 - (B) Plenário; Primeira, Segunda e Terceira Seção; e, Gabinete do Conselheiro.
 - (C) Tribunal Pleno; Primeira e Segunda Câmaras; e, Gabinete do Conselheiro.
 - (D) Câmaras Reunidas; Primeira e Segunda Câmaras; e, Juiz Singular.
 - (E) Tribunal Pleno; Primeira e Segunda Câmaras; e, Juiz Singular.
55. Segundo estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, os procedimentos de fiscalização têm a finalidade de assegurar a eficácia do controle e subsidiar o julgamento de contas, atos e contratos, compreendendo as seguintes modalidades:
- (A) vistorias operacionais; inspeções; auditorias; relatórios; e, amostragens transversais.
 - (B) acompanhamentos; inspeções; auditorias; análises; auditorias operacionais; auditorias transversais; e, análises de função de governo.
 - (C) vistorias; inspeções; auditorias; fiscalizações *ad hoc*; e, tomada de contas especiais.
 - (D) acompanhamentos; inspeções; auditorias; fiscalizações permanentes; e, relatórios.
 - (E) vistorias, acompanhamentos; auditorias; fiscalizações ordinárias; tomadas de contas especiais; e, análises.
56. Conforme diretriz estabelecida na Declaração de Lima (Intosai), os relatórios da Entidade Fiscalizadora Superior
- (A) deverão em regra ter a sua publicidade restrita, dando-se conhecimento exclusivamente às organizações auditadas e aos demais órgãos de controle.
 - (B) deverão ser redigidos em uma linguagem técnica e precisa ainda que possa dificultar a compreensão do público em geral.
 - (C) apresentarão os fatos e sua avaliação de uma maneira objetiva, clara e restrita aos elementos essenciais.
 - (D) deverão desconsiderar os pontos de vista das organizações auditadas sobre os achados, considerando a necessidade de isenção e imparcialidade do relato.
 - (E) não se confundem com os relatórios de fiscalização que podem e devem regularmente ser elaborados pelos Tribunais de Contas no Brasil.

57. Conforme estabelece a NBASP 100 (ISSAI 100) – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, o princípio do “ceticismo profissional” significa

- (A) a aplicação coletiva de conhecimentos, habilidades e experiências dos membros da equipe ao processo de auditoria, de maneira a atingir os resultados esperados a partir do melhor julgamento profissional.
- (B) manter distanciamento profissional e uma atitude alerta e questionadora quando avalia se evidência obtida ao longo da auditoria é suficiente e apropriada. Também significa manter a mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos.
- (C) planejar e executar auditorias de uma maneira diligente. Os auditores devem evitar qualquer conduta que possa desacreditar seu trabalho, seja em razão de imparcialidade, imperícia ou subjetividade.
- (D) que as políticas e os procedimentos de controle de qualidade de uma entidade de fiscalização superior devem estar em conformidade com normas profissionais, a fim de assegurar que as auditorias sejam realizadas com um nível de qualidade consistentemente elevado.
- (E) compreensão e experiência prática acerca do tipo de auditoria que está sendo realizada, familiaridade com as normas e a legislação aplicáveis, entendimento das operações da entidade e habilidade e experiência para exercer julgamento profissional.

58. A Constituição Federal, ao tratar “Dos Orçamentos”, estabelece que

- (A) a lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- (B) a União organizará e manterá registro centralizado de projetos de investimento contendo, por Estado ou Distrito Federal, e por Município, pelo menos, análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira.
- (C) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (D) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (E) a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, e isso se aplica, igualmente, nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados.

59. Na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, o Tribunal de Contas da União desempenha papel constitucionalmente estabelecido, que se aplica, no que couber, às esferas estadual, distrital e municipal. Dentre as funções desempenhadas pelos Tribunais de Contas, de acordo com a doutrina e a jurisprudência, é correto afirmar que a
- (A) consultiva é aquela exercida ao emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, e na esfera municipal o parecer só deixará de prevalecer por decisão da maioria relativa dos membros da respectiva Câmara Municipal.
 - (B) fiscalizatória abrange, entre outras, apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta, incluídas as nomeações para cargo em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, excluídas a administração indireta e as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
 - (C) informativa compreende a prestação de informações ao parlamento ou a qualquer uma de suas casas ou comissões sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, não abrangendo a fiscalização operacional e patrimonial, e excluindo os resultados de auditorias e inspeções realizadas.
 - (D) sancionatória aplica aos responsáveis, nos casos de ilegalidade da despesa ou irregularidade nas contas, as sanções previstas em lei, sem atribuir qualidade de título executivo às decisões que condenem os responsáveis em débito ou lhes aplique multa.
 - (E) judicante compreende o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
60. A respeito das parcerias público-privadas, assinale a alternativa correta, com base na Lei nº 11.079/2004.
- (A) As concessões patrocinadas envolvem adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, a qual deverá constituir no máximo 70% da remuneração do parceiro privado.
 - (B) Os contratos de parcerias público-privadas deverão prever a repartição de riscos entre as partes, exceto os referentes a caso fortuito, força maior, fato príncipe e álea econômica extraordinária.
 - (C) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviço de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta e pode envolver a execução de obra pública, desde que esta não seja seu único objeto.
 - (D) É possível que se exija do parceiro público a prestação de garantia das suas obrigações pecuniárias desde que por meio dos instrumentos taxativamente previstos na Lei nº 11.079/04.
 - (E) As controvérsias decorrentes dos contratos de parceria público-privada não poderão ser resolvidas por meio de arbitragem ou outro meio privado de resolução de disputas.

61. Leia o caso proposto a seguir e assinale a alternativa correta, conforme a Lei de Licitações e a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

O prefeito do município XYZ abriu procedimento licitatório, na modalidade concorrência, para a contratação de serviço de limpeza de boca de lobo, pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) o valor estimado da contratação. O edital, conforme previsto em lei municipal, previa que (i) não poderiam participar da disputa empresas de propriedade de servidores ou empregados públicos; (ii) os licitantes deveriam comprovar, no ato de apresentação das propostas, a propriedade dos equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços; e (iii) os veículos utilizados deveriam ter os respectivos Certificados de Registro de Veículos expedidos no Município XYZ.

- (A) A lei municipal que impede que servidores e empregados municipais contratem com o Poder Público é inconstitucional, pois compete à União editar normas gerais sobre licitação, sendo vedado aos municípios legislar para complementá-las e adaptá-las às suas realidades.
- (B) A lei municipal que impede que servidores e empregados municipais contratem com o Poder Público é inconstitucional, pois o procedimento licitatório é voltado à seleção da proposta mais vantajosa, sendo vedada a previsão de quaisquer cláusulas restritivas da competitividade.
- (C) O prefeito do Município XYZ elegeu modalidade licitatória equivocada, visto que o valor estimado da contratação exigia que utilizasse a modalidade convite, mais simplificada e menos onerosa aos cofres públicos.
- (D) A previsão de que os licitantes deveriam comprovar, no ato de apresentação das propostas, a propriedade dos equipamentos é legal, pois assegura a Administração Pública de que o contratado possui os meios necessários para a prestação dos serviços.
- (E) A exigência de que os veículos sejam registrados no Município é inconstitucional, na medida em que é vedado aos agentes públicos incluir, nos atos de convocação, preferências em razão da nacionalidade, da sede ou domicílio dos licitantes, ainda que se trate de sociedades cooperativas.

62. Assinale a alternativa correta a respeito do regime jurídico dos servidores públicos.

- (A) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, a partir de quando somente poderão perder o cargo em caso de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (B) O servidor público investido em mandato de Prefeito será necessariamente afastado cargo, hipótese em que poderá optar pela sua remuneração e terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- (C) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos, sendo vedada a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- (D) Será permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, desde que se trate, necessariamente, de dois cargos de professor; de um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou de dois cargos privativos de médico.
- (E) É permitida a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo desde que em caráter temporário.

63. Com base na Lei nº 9.637/1998, assinale a alternativa correta a respeito do regime jurídico das organizações sociais.

- (A) É vedada às organizações sociais a distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.
- (B) A lei autoriza a destinação de bens públicos às organizações sociais, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão, vedada a permuta dos móveis por outros de igual ou maior valor.
- (C) O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização, independentemente de processo administrativo, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.
- (D) O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, as quais, embora celebrem contrato de gestão com o Poder Público, não estarão dispensadas do dever de licitar.
- (E) É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, hipótese em que estas ficarão responsáveis pelo pagamento das respectivas remunerações.

64. A respeito do pregão, é correto afirmar que

- (A) poderá utilizar como critério de julgamento o tipo “menor preço” ou “técnica e preço”.
- (B) poderá ser utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, bem como a execução de obras de menor valor.
- (C) declarado o vencedor, os licitantes terão o prazo de 10 (dez) dias para manifestar a intenção de recorrer.
- (D) a Administração Pública não poderá exigir a garantia da proposta ou o pagamento de quaisquer taxas e emolumentos.
- (E) não prevê limitação de valor para a aquisição de quaisquer bens e serviços comuns.

65. Leia o caso a seguir e assinale a alternativa correta.

O Município XYZ foi atingido por fortes chuvas em uma noite do mês de janeiro. A emergência constatada provocou a interrupção dos serviços de iluminação pública e de ônibus municipais por 10 horas para a realização dos reparos técnicos necessários para a segurança das instalações e dos usuários. Em razão dos prejuízos financeiros sofridos pelos concessionários do serviço de transporte, o Poder Público resolveu aumentar em R\$ 5,00 (cinco reais) o valor da passagem de ônibus. O aumento provocou protestos dos munícipes, que contaram com o apoio de algumas categorias de servidores públicos, como policiais militares, motoristas e cobradores, que resolveram entrar em greve e reivindicar aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

- (A) Os serviços de iluminação pública e transporte não poderiam ter sido paralisados, pois, por se tratarem de serviços essenciais, era necessária a prévia comunicação do usuário.
- (B) O movimento grevista foi legítimo, pois é assegurado pela Constituição o direito de greve aos servidores públicos nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- (C) Não havia qualquer impedimento legal para o aumento das passagens, visto que os contratos de concessão podem prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.
- (D) O aumento da tarifa, no caso descrito, viola o princípio da continuidade do serviço público, pois impede que as camadas mais humildes da população tenham acesso ao serviço de transporte pelo alto custo.
- (E) A iluminação pública, por se tratar de serviço *uti universi*, é remunerada por meio de impostos e contribuições, diferentemente do serviço de transporte, classificado como *uti singuli*.

66. Leia o caso proposto a seguir e assinale a alternativa correta a seu respeito.

O Município de XYZ celebrou consórcio público com o Município de ABC para promover a gestão associada de serviços públicos de interesse comum. Para tanto, celebraram contrato de consórcio com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções previamente assinado, atribuindo-lhe personalidade jurídica de direito privado.

- (A) A União não poderá integrar o consórcio, pois este somente pode envolver entes da mesma esfera de governo.
- (B) É vedada a celebração de consórcio público sob a forma de pessoa jurídica de natureza privada.
- (C) O consórcio não está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas por se tratar de pessoa jurídica de direito privado.
- (D) O consórcio deverá observar as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos e à admissão de pessoal.
- (E) É possível a entrega de recursos pelos entes consorciados ao consórcio, independentemente de contrato de rateio, desde que as despesas sejam ratificadas pelas autoridades competentes.

67. De acordo com a Lei nº 8.987/95, assinale a alternativa correta a respeito da extinção das concessões públicas.

- (A) A encampação consiste na retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo de concessão por motivo de interesse público, razão pela qual se dispensa prévia lei autorizativa.
- (B) Em caso de inadimplência do Poder Concedente, a concessionária poderá requerer a extinção da concessão, o que fará necessariamente pela via judicial, somente se autorizando a interrupção dos serviços após o trânsito em julgado.
- (C) Em caso de inadimplência da concessionária, o poder concedente poderá extinguir o contrato de concessão imediatamente, haja vista o interesse público subjacente à continuidade da prestação do serviço.
- (D) A caducidade é forma de extinção do contrato de concessão durante a sua vigência, por força da inexecução do ajuste por qualquer das partes.
- (E) A incapacidade do titular da empresa concessionária, no caso de empresa individual, não é causa de extinção da concessão.

68. Com base na Lei nº 13.303/2016, assinale a alternativa correta a respeito do regime jurídico das empresas estatais.

- (A) As empresas estatais integram a Administração Pública Indireta e, portanto, poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas privadas, quando exerçam atividade econômica sujeita à competição.
- (B) As empresas estatais elaborarão anualmente carta, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa.
- (C) As empresas públicas poderão lançar debêntures e outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações.
- (D) As empresas estatais estão dispensadas de divulgar a forma de remuneração de seus administradores.
- (E) As empresas estatais não poderão solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade empresária, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários.

DIREITO PENAL

69. Funcionário público que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal

- (A) pratica crime de prevaricação.
- (B) pratica crime de corrupção ativa.
- (C) pratica crime de corrupção passiva.
- (D) apenas pratica crime caso seja financeiramente beneficiado com a omissão.
- (E) não pratica crime, apenas infração administrativa.

70. Assinale a alternativa correta no contexto dos crimes contra as finanças públicas.

- (A) Configura o crime de “prestação de garantia graciosa” prestar garantia em operação de crédito, ainda que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada.
- (B) O crime de “aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura” caracteriza-se mediante a execução de ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, no ano final do mandato ou da legislatura.
- (C) Caracteriza o crime de “inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar” ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
- (D) Desde que os títulos estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia, o crime de “oferta pública ou colocação de títulos no mercado” não se caracteriza, mesmo se os títulos tiverem sido criados por ato normativo que não a lei em sentido estrito.
- (E) O crime de “assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura” configura-se quando autorizada a assunção de obrigação nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro, independentemente de a parcela a ser paga no exercício seguinte ter contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

- 71.** No que corresponde à renúncia da receita, assinale a alternativa que apresenta uma das condições estabelecida em Lei de Responsabilidade Fiscal para sua concessão.
- (A) Estar acompanhada de medidas de compensação, no período da concessão, por meio do aumento de receita.
 - (B) Desde que a renúncia esteja estabelecida e prevista na lei do orçamento, tendo ainda a aprovação do poder legislativo.
 - (C) Ter apresentado projeto para crédito adicional a fim de suprir necessidade de ações sociais.
 - (D) Desde que identificado superávit primário, estabelecendo assim uma margem orçamentária suficiente para suprir necessidade.
 - (E) Estar formalizado o plano de metas estabelecidas no sentido de suprir eventual necessidade de caixa pela renúncia.
- 72.** No caso de um Município que apresente uma receita corrente líquida de R\$ 3.500.000,00, o valor em Reais, da despesa total com pessoal, no período de apuração, para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver, bem como para o executivo, será de
- (A) 63.000,00.
 - (B) 126.000,00.
 - (C) 1.134.000,00.
 - (D) 1.715.000,00.
 - (E) 2.100.000,00.
- 73.** Conforme Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange as despesas com seguridade social, nos termos da CF88, nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido
- (A) sem que haja correspondência na despesa incluída em específico no orçamento da seguridade.
 - (B) sem proposta de expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados.
 - (C) sem a indicação da fonte de custeio total.
 - (D) sem reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.
 - (E) sem a prévia transferência de recursos por créditos adicionais.
- 74.** É exigência para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias,
- (A) comprovação de descumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.
 - (B) existência de dotação específica.
 - (C) comprovação, por parte do beneficiário, de recolhimentos contínuos do benefício.
 - (D) empenho pré-aprovado das despesas, desde que não haja restos a pagar.
 - (E) comprovação, por parte do credor, do cumprimento dos limites constitucionais relativos ao crédito rural.
- 75.** Conforme LC nº 101/00, art. 4º, os critérios e a forma de limitação de empenho a ser efetivada estão dispostos
- (A) no Plano Plurianual.
 - (B) no projeto de prestação de contas públicas.
 - (C) no demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.
 - (D) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) no demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos.
- 76.** Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, no que tange ao demonstrativo de riscos fiscais e providências, a gestão de riscos fiscais não se resume à elaboração do Anexo de Riscos Fiscais apenas, mas é composta por algumas funções necessárias.
- Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta uma das funções necessárias.
- (A) Estimativa do grau de tolerância das contas públicas ao comportamento frente ao risco.
 - (B) Plano estratégico sobre as opções para identificar o risco.
 - (C) Monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, dos riscos inerentes.
 - (D) Mapeamento de controles internos e externos que possam expor ao risco.
 - (E) Utilização de metodologias avaliativas de risco.
- 77.** O processo de se entregar numerário ao servidor, sempre precedido de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, denomina-se
- (A) Regime de adiantamento.
 - (B) Prestação de contas.
 - (C) Empenhamento.
 - (D) Início de dotação.
 - (E) Execução da despesa.

- 78.** Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade – NBCT SP, no que tange às bases de mensuração de ativos, o conceito: “a importância fornecida para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento”, é aplicado ao
- (A) Valor de mercado.
 - (B) Custo de reposição ou substituição.
 - (C) Preço líquido de venda.
 - (D) Valor em uso.
 - (E) Custo histórico.
- 79.** Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª Edição, o texto “Empresa controlada pelo ente da Federação que tenha, no exercício anterior, recebido recursos financeiros de seu controlador, destinados ao pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, e tenha, no exercício corrente, autorização orçamentária para recebimento de recursos financeiros com idêntica finalidade”, refere-se a
- (A) Sociedade coligada.
 - (B) Empresa estatal investida mista.
 - (C) Empresa estatal dependente.
 - (D) Controladora.
 - (E) Investimento em controlada.
- 80.** Segundo os conceitos incluídos no Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª edição, uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade é denominada de
- (A) Contas a pagar.
 - (B) Contingência passiva.
 - (C) Restos a pagar.
 - (D) Valores a empregar.
 - (E) Provisão passiva.
- 81.** Um dos instrumentos de Transparência criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento, por parte dos entes federativos, dos limites estabelecidos pela LRF, tais como: despesas com pessoal, dívida consolidada líquida, entre outros limites, é denominado de Relatório
- (A) de Gestão Financeira.
 - (B) de Prestação de Contas.
 - (C) Resumido da Execução Orçamentária.
 - (D) de Gestão Fiscal.
 - (E) de Diretrizes e Cumprimento Orçamentário.
- 82.** O contador da empresa Serra Branca Ltda. necessita calcular o custo final do estoque de revenda em 31.12.2019. Para tanto, ele obteve as seguintes informações:
- Controle permanente de estoque.
 - Critério de valorização dos estoques: custo médio ponderado.
 - Todas as operações de compra e venda estão isentas de quaisquer tipos de impostos ou tributos.
 - Em 30.11.2019, seu estoque final de material para revenda era de 8.900 unidades com um custo unitário de R\$ 90,00.
 - Durante o mês de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes operações:
 - Em outubro/2019, compra à vista de 4.000 unidades do material para revenda, com um custo unitário de R\$ 95,00.
 - Em novembro/2019, baixa por venda à prazo de 8.400 unidades.
 - Em dezembro/2019, compra a prazo de 5.500 unidades com um custo unitário de R\$ 100,00.
- De acordo com as informações anteriores, os valores aproximados, em Reais, do saldo final de material para revenda e o custo unitário médio ponderado, em 31.12.2019, desse material são, respectivamente:
- Observação: Valores aproximados. Desprezar os centavos no resultado e sem o critério de arredondamento.
- (A) 981.784,00 e 91,55.
 - (B) 985.890,00 e 96,20.
 - (C) 961.976,00 e 91,55.
 - (D) 981.870,00 e 92,50.
 - (E) 961.976,00 e 96,20.

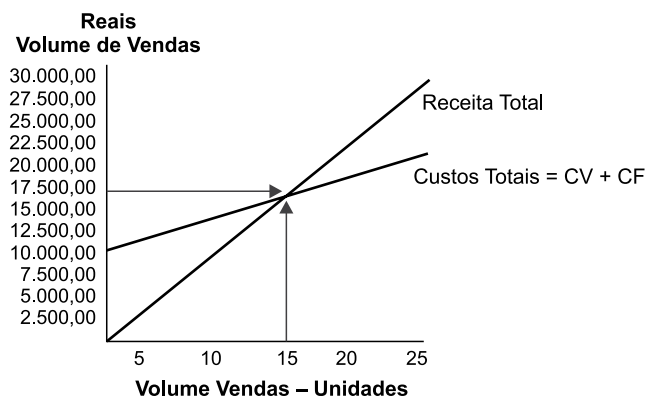
83. Seguem informações contábeis, de 31 de dezembro de 2022, de uma empresa de varejo, partindo da hipótese de que não há incidência tributária sobre as operações.

Descrição da Informação	Reais
Compra de Mercadorias para Revenda	405.000,00
Custo de Mercadorias Vendidas	365.400,00
Devolução de Compras	54.000,00
Duplicatas Descontadas	54.000,00
Fornecedores no Período	71.400,00
Estoque Inicial	296.100,00
Fretes sobre Compras	15.600,00
Impostos sobre Vendas	30.000,00
Venda de Mercadorias	1.140.000,00

Assinale a alternativa que apresenta o valor, em reais, do Estoque Final, em 31 de dezembro de 2022.

- (A) 202.200.
- (B) 234.900.
- (C) 257.100.
- (D) 297.300.
- (E) 304.500.

84. Considere o gráfico demonstrado a seguir.



Numa análise gerencial de índices, rentabilidade, entre outros, o encontro dos eixos receita total com os custos totais representa:

- (A) Lucro bruto.
- (B) Lucro marginal.
- (C) Ponto de equilíbrio.
- (D) Margem bruta.
- (E) Margem líquida.

85. Analise as informações indicadas a seguir.

	Reais												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Vendas Brutas													2.000
Vendas Líquidas													1.800
Custo – CPV													1.200
Margem													600
Contas a Receber	1.500	1.340	1.200	1.100	1.000	1.100	1.050	1.500	800	950	1.000	1.000	
Estoques Matérias-Primas	350	265	310	350	340	320	290	300	275	270	300	275	
Estoques Produtos Acabados	700	530	620	700	680	640	580	600	550	540	600	550	
Contas a Pagar	800	810	580	400	320	460	470	900	250	410	400	450	

Com base nas informações prestadas, assinale a alternativa que apresenta a rotatividade dos estoques de produtos acabados no período de um ano. Considere apenas duas casas decimais e o critério de arredondamento da segunda casa decimal, para a resposta.

- (A) 1,77.
- (B) 1,98.
- (C) 2,50.
- (D) 3,10.
- (E) 3,95.

86. Analise o quadro demonstrado a seguir.

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	
TOTAL		TOTAL	

(Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>)

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o demonstrativo ao qual o quadro se refere.

- (A) Riscos fiscais e providências.
- (B) Renúncia da receita.
- (C) Monitoramento de riscos.
- (D) Mapeamento contingencial.
- (E) Acompanhamento de ações retificadoras.

87. De acordo com o pronunciamento técnico contábil CPC 26, os ganhos e as perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior deverão ser reconhecidos

- (A) diretamente no patrimônio líquido da entidade.
- (B) no resultado não operacional, uma vez que não faz parte da operação da entidade.
- (C) em outros resultados abrangentes.
- (D) junto ao resultado de equivalência patrimonial.
- (E) somente na realização do investimento no exterior e no resultado financeiro.

88. Indique, de acordo com a norma contábil brasileira, quais os passivos que apresentam maior complexidade para fins de mensuração contábil pelo uso de informações com base no valor presente.

- (A) Contratuais.
- (B) Contingenciais.
- (C) Ocultos.
- (D) De credores.
- (E) Não contratuais.

- 89.** Assinale a alternativa que apresenta um dos elementos que deve refletir no cálculo do valor em uso de um ativo.
- (A) Custo de aquisição, líquido da estimativa de utilização do ativo, considerando a vida útil estipulada.
 - (B) O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.
 - (C) O período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.
 - (D) Expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência dos fluxos de caixa futuros, que a entidade deseja obter com esses ativos.
 - (E) O número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.
- 90.** Assinale alternativa correta, relacionada a estoques, conforme norma brasileira de contabilidade aplicada ao setor público.
- (A) O valor anormal de desperdício de materiais, mão de obra ou outros insumos de produção deve ser reconhecido no valor do custo do produto, todavia, identificado.
 - (B) O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis no Fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis.
 - (C) Os estoques de produtos de uma entidade industrial devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o maior.
 - (D) Os custos de transformação de estoques em elaboração para estoques de produtos acabados são incorridos principalmente no ambiente de produção e de apoio administrativo e de vendas.
 - (E) Quando os estoques tiverem sido adquiridos por meio de transação sem contraprestação, o custo deve ser mensurado pelo seu custo histórico corrente na data da sua aquisição.
- 91.** Quanto ao reconhecimento dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável, segundo a norma contábil específica, esses custos devem ser
- (A) capitalizados como parte do custo desse ativo.
 - (B) reconhecidos no resultado do período de aquisição, construção ou produção diretamente em conta específica do resultado.
 - (C) capitalizados como parte do ativo, mas somente até o limite da taxa de juros de programas de subsídio ao investimento.
 - (D) reconhecidos em outros resultados abrangentes.
 - (E) reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial.
- 92.** A respeito das etapas da receita orçamentária, o ato da repartição competente da receita, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, é denominado de
- (A) Classificação.
 - (B) Arrecadação.
 - (C) Lançamento.
 - (D) Previsão.
 - (E) Atribuição.
- 93.** O crédito que representa o montante do imposto cobrado na operação anterior e objetiva neutralizar o efeito de recuperação dos impostos não cumulativos, pelo qual o Estado se apropria do valor da isenção nas etapas subsequentes da circulação da mercadoria, no que diz respeito à renúncia da receita, é denominado de
- (A) Resumido.
 - (B) Reemissão.
 - (C) Anistia.
 - (D) Permissão.
 - (E) Presumido.
- 94.** Assinale a alternativa que apresenta o lançamento contábil correto relacionado ao momento do empenho da despesa orçamentária (ocorrência do fato gerador depois do empenho), sendo a natureza da informação orçamentária.
- (A) D 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da Disponibilidade de Recursos
C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho
 - (B) D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
 - (C) D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação
 - (D) D 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação
C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
 - (E) D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho
C 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
- 95.** A norma contábil brasileira de apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis define que _____ é a autorização concedida pelo Poder Legislativo ou autoridade com prerrogativa semelhante para alocar recursos aos fins por eles especificados. Assinale a alternativa que completa corretamente o texto.
- (A) Regime contábil
 - (B) Base comparável
 - (C) Orçamento aprovado
 - (D) Dotação orçamentária
 - (E) Orçamento plurianual

96. Num determinado mês, uma empresa registrou contabilmente as seguintes operações:

- Venda à vista de mercadorias por R\$ 250.000,00, que havia lhe custado R\$ 200.000,00.
- Pagamento de duplicata de fornecedor no valor de R\$ 30.000,00, com um desconto de 5%.
- Apropriação da despesa operacional de folha de pagamento no valor de R\$ 15.000,00, que será paga no mês seguinte.
- Na conciliação do extrato bancário, notou-se que foi cobrada da empresa uma despesa de juros contratuais de R\$ 4.500,00.
- Pagamento da conta de energia elétrica que foi apropriada no mês anterior, no montante de R\$ 1.500,00.

Dadas as operações, pode-se afirmar que o resultado líquido do mês foi de

- (A) Ponto de equilíbrio.
- (B) Positivo em R\$ 32.000.
- (C) Negativo em R\$ 28.000.
- (D) Positivo em R\$ 30.500.
- (E) Negativo em R\$ 31.500.

97. Assinale a alternativa que apresenta o limite estabelecido pela Lei nº 6.404.76, para a reserva legal, sabendo-se que anualmente, do lucro, caso a empresa o tenha, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação.

- (A) 10% do capital social.
- (B) 15% do capital social.
- (C) 20% do capital social.
- (D) 25% do capital social.
- (E) 30% do capital social.

98. Nas operações de reestruturações societárias, a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro é:

- (A) Transformação.
- (B) Cisão.
- (C) Fusão.
- (D) Transferência.
- (E) Incorporação.

99. Na aquisição de mercadorias para revenda, de uma empresa comercial, sendo que o pagamento será a prazo, qual dos lançamentos contábeis a seguir representa a contabilização dessa compra?

- (A) Débito de Fornecedores a Crédito de Estoques.
- (B) Débito de Estoques a Crédito de Caixa.
- (C) Débito de Caixa a Crédito de Estoques.
- (D) Débito de Estoques a Crédito de Bancos.
- (E) Débito de Estoques a Crédito de Fornecedores.

100. Analise o balancete de informação a seguir da empresa Acabou Tudo Ltda.

Balancete contábil em 31.12.2022	
Descrição da conta contábil	Reais
Reservas de lucros	(30.000,00)
Outras despesas operacionais	2.400,00
Receitas de vendas	(630.000,00)
Bancos	6.900,00
Fornecedores	(37.200,00)
Empréstimos bancários	(26.100,00)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (ac)	(4.500,00)
Impostos sobre vendas	180.000,00
Estoques	91.500,00
Impostos a recolher	(11.400,00)
Despesas administrativas e gerais	36.900,00
Contingências trabalhistas	(5.100,00)
Devoluções de vendas	15.000,00
Caixa	2.400,00
CPV	270.000,00
Depósitos judiciais	6.000,00
Despesas de vendas	38.100,00
Salários a pagar	(12.900,00)
Capital	(30.000,00)
Contas a receber de clientes	73.500,00
Imobilizado	73.500,00
Reservas de capital	(10.500,00)
Despesas financeiras	3.600,00
Imposto de renda e contribuição social correntes	16.500,00
Depreciação acumulada	(18.600,00)

Assinale a alternativa que apresenta o valor, em reais, do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

- (A) 165.000.
- (B) 101.500.
- (C) 94.000.
- (D) 84.000.
- (E) 67.500.

